

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO¹

Silvera Vieira de Araújo-

Doutora em História-UFPE. E-mail: silveravieira@hotmail.com.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de problematizar a atuação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (1920-1930), em suas dimensões sociais e políticas, observando suas repercussões na sociedade e nos bastidores da política paraibana. Assim, abordaremos os limites do processo institucionalização da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba em termos de serviços, estrutura e formas de atuação na sociedade.

Palavras-chaves: saúde, política e sociedade.

Introdução

O nosso estudo tem como fundamento a problematização das relações de poder que envolveram as políticas de saúde e de higiene desenvolvidas pelas instituições de saúde da Paraíba, com o intuito de analisar a historicidade dessas políticas, as suas relações com as políticas públicas desenvolvidas ao nível nacional e suas repercussões no cotidiano da população paraibana. Nesta perspectiva, abordaremos neste artigo, a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (1920-1930), em suas dimensões conflitivas no campo social e suas limitações de ordem institucional, resultante das dificuldades financeiras e da interferência político-partidária em sua organização.

Na Paraíba, as repercussões das campanhas pelo saneamento da década de 1920 e das políticas de saúde lançadas pelo governo federal se fizeram presentes com a criação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural (CSPR). A atuação da CSPR, na década de 1920, sinalizou o processo de expansão da autoridade pública na sociedade através do processo de institucionalização dos serviços de saúde e saneamento, evidenciado pela presença da instituição em diversas localidades com seu corpo de funcionários, ditando normas e aplicando métodos de cura e prevenção das doenças. O estado passa ser

¹ Este artigo foi produzido com base no 4º capítulo da tese intitulada “Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)”, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Alberto Cunha Miranda, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, UFPE.

representado pela instituição e seus funcionários, gerando no meio social a consciência de sua presença. Conforme explica Hochman:

O desenvolvimento da autoridade pública implicaria constituição de infraestrutura sanitária e de capacidade coercitiva. No Brasil, em “um primeiro estágio, marcado pela ordem estabelecida em 1891, haveria uma combinação da saliência do poder coercitivo da autoridade sanitária com a timidez territorial (infraestrutural). O segundo estágio (1910-1930) significaria uma continuidade nos acúmulos despóticos do Estado, mas agora combinados com a constituição territorial do Poder Público ou com o aumento do poder infraestrutural” (HOCHMAN, 2012, p.43).

Em suma, para Hochman, a política de saneamento e profilaxia rural foi se tornando uma atividade pública e nacional, a autoridade sanitária assumiu novas e maiores atribuições “ocupando o país com prédios públicos, instituições, exames, médicos, vermífugos, funcionários, fossas, palestras, folhetos educativos, cadastros de residências, estatísticas, vacinas e regulamentos” (HOCHMAN, 2012, p.183). No entanto, devemos salientar que este processo de institucionalização foi desigual no território paraibano, pois, estes serviços não atingiram a totalidade do estado, ficando algumas cidades ausentes deste projeto de saneamento e de saúde, além disso, as cidades do interior receberam os serviços mais simples, tais como, os serviços de combate as endemias (ancilostomíase, impaludismo) de acordo com sua realidade epidemiológica. Já os serviços mais abrangentes e complexos, a exemplo do combate a tuberculose, sala de cirurgia, combate a lepra e a doenças venéreas ficaram restritos à capital, sendo isto uma limitação territorial deste processo de institucionalização.

A Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba: nos bastidores do poder e da sociedade.

A atuação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba constituiu um avanço em termo de acesso aos serviços de saúde e saneamento, principalmente quando se compara o período anterior à sua presença na Paraíba. Contudo, a instituição teve uma atuação limitada em termos de abrangência e regularidade de seus serviços, o que desencadeou uma série de críticas à entidade por parte da população, imprensa e médicos. Assim, observamos, por exemplo, com relação à questão financeira, que constituiu uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Comissão, a qual se agravou quando, “terminado o governo de Eptácio Pessoa, seu sucessor, presidente Arthur Bernardes, cortou as verbas destinadas às obras contra as secas, medida que afetou os trabalhos da Comissão” (NÓBREGA, 1979, p.69). Diante desta situação, Acácio Pires deixa a chefia da Comissão,

sendo substituído por Joaquim Cavalcante de Albuquerque, “o novo chefe deu ênfase ao combate á malária, no vale do Jaguaribe, visando a proteção de Tambaú e aos postos de higiene do interior. Criou ainda os Postos Itinerantes de profilaxia da Bouba, então endêmica no brejo e na caatinga”(NÓBREGA, 1979, p.69). Após atritos com colegas, Joaquim Cavalcante de Albuquerque sai da Comissão, sendo substituído por Walfredo Guedes Pereira, “sua administração voltou-se para a assistência á maternidade e à infância tendo dado nova organização ás práticas premunitoras da varíola e da raiva, além de feito construir o Instituto Vacinogênico e Antirrábico” (NÓBREGA, 1979, p.69).

No final da década de 1920, os problemas financeiros se tornaram mais frequentes e influíram decisivamente nas limitações da instituição, com o fechamento de postos e a demissão de funcionários. Isto, pode ser observado em uma circular, transcrita pelo médico Walfredo Guedes, diretor geral da Comissão, em seu relatório de 5 de janeiro de 1928:

Paraíba-23-12-1927-nº 541 Circular- cumprindo determinações da Diretoria Geral sobre redução de verba pessoal que, no próximo ano, não poderá exceder metade verba este Serviço, fui obrigado a adotar medida supressão de nove sub-postos, o inclusive o desse município. Si essa Prefeitura reconhecesse os benefícios do dito sub-posto, solicito, para que o mesmo não desapareça, custear despesa decorrente manutenção guarda, correndo por sua conta este Serviço fornecimento medicamento, ficando o mesmo serventuário sob minha jurisdição Peço responder-me por telegrama a fim de comunicar Diretoria.²

Com envio deste telegrama aos diretores dos postos do interior, Walfredo Guedes queria justificar “as supressões de três postos e nove subpostos, motivadas pela circular da Diretoria de nº 562, de Novembro,”³apelando para que “as prefeituras custeassem os vencimentos dos guardas, ficando o fornecimento de medicamento por conta deste Serviço.”⁴Em resposta ao pedido do diretor da CSPRP, apenas a prefeitura da capital se prontificou a custear o salário do guarda do posto de Pitimbú, as demais prefeituras, negaram tal despesa, alegando falta de recursos.

Diante dos problemas financeiros enfrentados pela instituição, Walfredo apela para a divisão de responsabilidade financeira com os municípios para a manutenção dos respectivos postos, porém, a negativa dos prefeitos sinalizava a inviabilidade do projeto de cooperação financeira entre União, estado e municípios, para a execução dos serviços de saúde e

²DNSP. Serviço de Saneamento Rural no Estado da Paraíba.. 2 de outubro de 1928. FUNESC- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, Cx. 018, v. 596, Doc. Man. Ano 1928/1929.

³Idem.

⁴DNSP. Serviço de Saneamento Rural no Estado da Paraíba.. 2 de outubro de 1928. FUNESC- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, Cx. 018, v. 596, Doc. Man. Ano 1928/1929.

saneamento. Neste sentido, compreende-se a ausência dos poderes municipais no tocante a implantação e manutenção dos serviços de saúde, que apenas se beneficiavam com a presença do programa de saúde federal e estadual implantado em suas respectivas localidades. A exceção da prefeitura da capital, que contribuía financeiramente para com a CSPRP, os outros municípios não compartilhava desta responsabilidade financeira em relação a Comissão.

O governo do Presidente da República Washington Luís (1926-1930), caracterizou-se por um retrocesso nas políticas de saúde e saneamento do D.N.S.P, ocasionado pela diminuição das verbas destinadas ao departamento, com isto, ocorreu o fechamento de vários postos e a demissão dos funcionários em todos os estados do Brasil(Cf. SANTOS, 1985, p.206). Na Paraíba, além das dificuldades financeiras devido à diminuição do repasse de verbas, a atuação da Comissão foi afetada pela questão política partidária, pois, João Pessoa, presidente do estado da Paraíba, negou apoio ao Presidente Washington Luís na sucessão presidencial de 1930, optando pelo apoio a oposição,⁵ sendo candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas da Aliança Liberal, contra o Júlio Prestes, candidato da situação.⁶

A nova configuração política partidária, segundo João Pessoa, influenciou na rescisão do contrato de cooperação entre o estado e a União para a execução dos trabalhos da Comissão de Saneamento e Profilaxia, como relata em mensagem dirigida a Assembleia em 1929:

Funcionou o Serviço de Saneamento Rural com a mesma regularidade dos anos anteriores, até 15 de outubro do ano findo, quando fui obrigado, usando da atribuição contida na lei nº 685, de primeiro de outubro de 1929, a rescindir o contrato de cooperação com a União. A rescisão foi motivada por ter o governo federal, demitindo o chefe do serviço, pretendido desorganizá-lo com fins partidários.⁷

O diretor da Comissão, Walfredo Guedes, foi mantido no cargo contrariando a orientação do governo federal, que “passou a exigir que a repartição sanitária do Estado fosse dirigida por um sanitarista de curso” (NÓBREGA, 1979, p.69), motivando, dessa forma, o fim da cooperação financeira entre estado e União. Aliás, a própria nomeação do diretor Walfredo Guedes para o cargo em 1925, foi reflexo da política partidária no estado, pois o mesmo era vice-presidente do estado no momento de sua nomeação. Aliado da oligarquia

⁵ Segundo Lewin (1993, p.347), Washington Luís “não perdeu tempo para desencadear o disciplinamento presidencial da Paraíba. Em setembro de 1929, todos os funcionários federais não perrepiistas perderam seus empregos no Estado, sendo substituídos por partidários de Júlio Prestes.” Dessa forma, Washington Luís tentava impor uma represália ao Presidente João Pessoa, por ter se colocado contra o sistema político dominado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

⁶ Segundo Nóbrega(1979, p.69), “mantinha-se a Saúde Pública num ritmo satisfatório quando o presidente João Pessoa, filiando-se à Aliança Liberal, que era hostil ao governo central, veio a sofrer pressão do centro.”

⁷João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa na Abertura da 2ª Reunião da 10ª Legislatura, Parahyba, 1929.

Neiva-Pessoa-Lucena, Walfredo Guedes já tinha uma atuação política consolidada como prefeito da Capital ⁸ entre os anos de 1920 a 1924. Dessa forma, a conquista do cargo resultou da política de apadrinhamento, tão comum no período, tendo em vista que a oligarquia Neiva-Pessoa-Lucena fazia parte da base de apoio do presidente Arthur Bernardes.

Com a rescisão do contrato, todo o material foi dividido igualmente entre ambos, resultando no fechamento de 4 postos e na demissão de 24 funcionários. Posteriormente, o presidente João Pessoa reabriu os postos e reaproveitou os funcionários que anteriormente tinham sido demitidos.⁹ O jornal *A União*, de orientação política favorável ao presidente do estado da Paraíba, tentou justificar a decisão de João Pessoa de romper o contrato com a União, podemos observar tal fato no fragmento a seguir:

Foi um serviço desta ordem que se pretendeu desorganizar por interesses políticos. Mas, mesmo sem o auxílio do Governo Federal, a Paraíba, não ficará privada da obra de assistência e saúde pública, porque o Governo do Estado tomou a iniciativa de amparar sozinho os interesses da população que não pode prescindir daqueles recursos.¹⁰

A política partidária influenciou no processo de institucionalização dos serviços da Comissão, uma vez que, os desentendimentos entre estado e governo federal resultaram na rescisão do contrato entre ambas as partes. Com a rescisão do contrato, ocorreu a supressão de postos, a demissão de funcionários e a limitação das verbas destinadas à compra de medicamentos e materiais de uso diário, afetando, dessa forma, o funcionamento da instituição e, ocasionando os limites da institucionalização dos serviços do DNSP na Paraíba.

A limitação institucional da CSPRP, em sua maior parte, decorria também dos conchavos políticos e da política partidária, na medida em que há indícios de que os cargos de direção e os demais cargos eram ocupados por pessoas de orientação política favorável ao grupo oligárquico no poder, e não necessariamente pelo mérito. A competência profissional e técnica, em muitas vezes, estavam relegadas ao segundo plano,¹¹ como identificamos em uma correspondência entre o presidente do estado João Suassuna e o diretor do DNSP, Clementino Fraga.

Rio,28- Conforme seus desejos será nomeado sub inspetor dr. Octavio Soares. Em tudo que interessar seu Estado e serviços federais higiene peço dizer-me diretamente

⁸ Informações obtidas em: Pela Prophylaxia Rural. **A Imprensa**, n.81, 27 de janeiro de 1927.

⁹ Ver: João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa na Abertura da 2ª Reunião da 10ª Legislatura, Parahyba, 1929, p.123.

¹⁰ Directoria de Saúde Pública e Saneamento Rural. **A União**, n.16, 21 de janeiro de 1930.

¹¹ Tivemos informações de um concurso realizado pela Comissão de Saneamento para o cargo de enfermeira da instituição, ver: Serviço de Prophylaxia Rural: Concurso para enfermeiras. **O Jornal**, ano II, n. 50, 8 de fevereiro de 1924.

seu ponto de vista ou preferência em caso nomeações. Creia que será motivo imenso prazer para mim poder atendê-lo.¹²

Octavio Soares, assim como Walfredo Guedes, diretor geral da CSPRP, foram nomeados para os seus respectivos cargos com base na política clientelística de troca de favores, base da política oligárquica do período da Primeira República. Outros diretores foram nomeados nesta perspectiva clientelística, assim verificamos na matéria publicada em *O Jornal*, que apontou uma lista de 9 de nove diretores que atuavam na instituição, contudo, ressaltava que essa quantidade não significava qualidade dos serviços ofertados.¹³ Neste mecanismo de troca de favores, os governantes de cada estado nomeavam os seus afilhados políticos para os cargos públicos que, em troca, recebiam apoio político em forma de votos. A política clientelística pode ser definida como um sistema marcado por situações paradoxais:

(...) primeiro, uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua, em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais; segundo, uma combinação de exploração e coerção potencial com relações voluntárias e obrigações mútuas imperiosas; terceiro, uma combinação de ênfase nestas obrigações e solidariedade com o aspecto ligeiramente ilegal ou semilegal destas relações (...) O ponto crítico das relações patron-cliente é, de fato, a organização ou regulação da troca ou fluxo de recursos entre atores sociais (LEAL, 1997, p. 28).

Esta política baseada nas relações de obrigações recíprocas de trocas de *benesses* entre o patrão e o cliente, sedimentou o tipo de política denominada clientelística, que foi bastante recorrente na Paraíba durante a década de 1920, como observamos em um telegrama enviado a João Pessoa por um afilhado solicitando emprego:

Meu caro João- Ia me esquecendo de ter fazer um pedido: além da vaga de fiscal de consumo em perspectiva ahi se abram mais três, em consequência de aposentadoria de uns velhos. Caso não tenhas compromissos muitos, eu te pediria que indicasse para uma dellas o nome de Sidulpho Santiago. Trata-se de uma filho do Tio Zeco, habitado em concurso feito no Espírito Santo. É um moço bom, digno, e que com os apertos em que vive está augmentando as afflições do velho. Seria um bom ato humanitário, que praticarias.
Perdoa-me tanto guelismo, meu João; mas eu tenho tanto parente que só se occupa em metter ...É filho que é uma coisa imunda(grifo do autor).
Muito obrigado
Rio, 20-julho-929.¹⁴

De acordo com o telegrama, o pedido de emprego para o seu primo, filho do seu tio Zeca, ao presidente do estado, João Pessoa, exemplifica a política clientelística existente no

¹² Serviço de Prophylaxia Rural. *A União*, n.52, 5 de março de 1927.

¹³ Ver: Prophylaxia Rural. *O Jornal*, ano II, n.10, n.10, p.3, 30 de novembro de 1923. A referida matéria cita os seguintes diretores que a instituição teve desde seu início até o período em questão: Acácio Pires, Pinheiro Sózinho, Antonio Periássu, Flávio Maroja, Barreto Coqueiro, Cavalcanti de Albuquerque.

¹⁴ Correspondências pessoais de João Pessoa. Telegrama 126/6. Enviado a João Pessoa em 20 de julho de 1929. Arquivo do IHGP-Arquivo Dr. Fávio Maroja, localização A6G1P1, Doc. 052-1.

estado, em que os cargos públicos eram ocupados pela parentela indicada pelos chefes de governo. Estes cargos, disputados por uma imensa parentela, eram controlados pelo ex-presidente da República Eptácio Pessoa, chefe da oligarquia dominante no estado da Paraíba, como visualizamos em telegrama enviado a João Pessoa, por Carlos Pessoa, sobrinho de Eptácio e chefe do Partido Republicano da Paraíba,

Deputado Carlos Pessoa

Rio

Apesar de chefe do governo partido, nada deliberarei sem consultar tio pt Espero Esclarecimento habilitem consulta. Abraços.¹⁵

Este telegrama constitui uma resposta do Deputado Federal Carlos Pessoa a consulta que lhe fora feita sobre a indicação de um afilhado político para um cargo público.¹⁶ Neste telegrama, verificamos que a resposta depende da consulta ao tio, no caso, Eptácio Pessoa, que controlava a indicação para os cargos na Paraíba. Segundo Lewin (1993), os cargos eletivos e de nomeação continuavam a ser de *patronagem*,¹⁷ vital para a sustentação da oligarquia no poder. Para a autora, “o patrimonialismo referia-se à legitimação política do pelo estado dos grupos personalísticos e de base familiar – seu exercício de poder político e sua disposição de recursos” (LEWIN, 1993, p.282). Nesta perspectiva, quando Eptácio ou seus governadores indicavam que grupos de base familiar “monopolizariam a autoridade política municipal e disporiam de patronagem, eles exerciam uma discricção pessoal que era a marca distintiva de um sistema patrimonialista” (LEWIN, 1993, p.282).

Nesta relação de trocas, a competência técnica não era o fator primordial para a indicação ao cargo desejado, mas sim a relação de apadrinhamento que o pretendente possuía com os grupos oligárquicos dominantes do estado. Como ressaltou Clementino Fraga, “o presidente do Estado teria preferências em caso de nomeação de funcionários.”¹⁸ Nesta relação clientelística, a atuação da Comissão era afetada em seus propósitos institucionais, tendo em vista que o critério de seleção de funcionários era o político, e não a qualidade

¹⁵ Telegrama 140/1. Correspondências pessoais de João Pessoa. Arquivo do IHGP. Arquivo Dr. Fávio Maroja. Arquivo do IHGP-Arquivo Dr. Fávio Maroja, localização A6G1P1.Doc.053.

¹⁶ Na Comissão de Saneamento existiram casos de nomeação de funcionários, a exemplo da nomeação da enfermeira Srta. Bicalho, que enfrentando problemas no seu trabalho, foi demitida. Conforme observamos na matéria publicada pelo *O Jornal*. Ver: Pela Prophylaxia Rural: o caso da enfermeira Bicalho. **O Jornal**, ano II, n. 50, 23 de janeiro de 1924.

¹⁷ Baseando-se nas considerações de Weber sobre a caracterização do estado patrimonialista, Linda Lewin (1993, p.282), afirma que “em 1919, a política paraibana ainda refletia em muitos aspectos aquilo que a literatura acadêmica analisou em termos weberianos como o estado patrimonial ou quase patrimonial do final do Império”.

¹⁸ Serviço de Prophylaxia Rural. **A União**, n.52, 5 de março de 1927.

técnica dos postulantes aos cargos, o que influía na qualidade dos serviços ofertados pela instituição, contribuindo assim para a sua limitação institucional.

Esse tipo de seleção de funcionários para os cargos da instituição desencadeava algumas irregularidades, a exemplo do que foi divulgado pelo veículo de comunicação, *O Jornal*, em sua edição de 10 de maio de 1924, que apontava que tais irregularidades tinham motivado a abertura de inquéritos para a sua apuração. Segundo *O Jornal*, as informações davam conta de que “há naquele departamento, o vezo de sobrecarregar-se os serventuários menos protegidos de trabalho, enquanto, os outros, mais felizes, desfrutam as regalias de um favoritismo irreconciliável com a equidade com que deveria observar-se em tais casos.”¹⁹ Essa situação de privilégios a que desfrutavam os funcionários mais favorecidos, resultava da relação de apadrinhamento que mantinham os grupos políticos que controlavam os cargos da instituição. Isto interferia na qualidade dos serviços ofertados a população, pois, funcionários não se preocupavam em fazer um serviço de qualidade, já que se sentiam acobertados pelos seus padrinhos.

O contrato de cooperação entre o governo estadual e o governo federal para a execução dos serviços de saúde e saneamento na Paraíba, foi restabelecido em novembro de 1930, como noticiou o jornal *A União*, em sua edição de 28 de novembro de 1930,²⁰ a Paraíba, que tinha sido base de apoio ao movimento de 1930, foi beneficiada com o restabelecimento do contrato. Walfredo Guedes Pereira continuou como chefe do Saneamento Rural até 1935, contudo, “o DNSP, enviou para representá-lo, um funcionário categorizado, o funcionário chegou com a orientação de não criar dificuldades à Paraíba” (NÓBREGA, 1979, p.69). Deste modo, independente da orientação que se tinha para o exercício do cargo, ter formação em Medicina e curso de sanitarismo, Walfredo Guedes, que apenas tinha formação em Medicina, se manteve no cargo, graças a suas boas relações com os grupos vencedores e dominantes na Revolução de 1930.

Os limites institucionais dos serviços federais e estaduais implantados no estado foram responsáveis, em grande medida, pelas repercussões negativas do sistema na sociedade. Se antes da atuação do estado na saúde e no saneamento, a reclamação principal da população era a ausência do poder público no setor, com os primeiros passos do governo no âmbito da saúde e da higiene, as principais críticas passaram a recair sobre a qualidade dos serviços ofertados, em termos de recursos materiais, humanos e procedimentos técnicos. Assim, entre 1921 e 1923, quando esteve à frente dos serviços de febre amarela, através da *Polícia de*

¹⁹ Pela Prophylaxia Rural. **O Jornal**, ano II, n.135, p.3, 10 de maio de 1924.

²⁰ Saneamento Rural. **A União**, n.275, 28 de novembro de 1930.

Focos, a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural sofreu críticas por parte do jornal *A Imprensa*, que denunciava o desenvolvimento de “uma verdadeira peste de muriçocas em nossa capital, notadamente em certos e determinados pontos. Parece um tanto descuidada, nesse sentido, a repartição incumbida do combate sistemático a essa flagelo da nossa saúde e do nosso sossego.”²¹ Diante da existência de focos amplos e perigosos que estão fornecendo em abundância as terríveis transmissoras dos males que nos comprometem a vida, o articulista do jornal solicitava aos responsáveis pelo serviço de profilaxia que tomem alguma providência a esse respeito. Já os moradores da Rua Padre Azevedo, solicitaram, por intermédio dos redatores do *O Jornal*, providências por parte do serviço de Profilaxia Rural para extinguir os charcos de água existentes desde a passagem do serviço de esgoto, que provoca a proliferação de uma grande de mosquitos.²² Ao que parece, a CSPRP não estava atuando de forma eficiente no combate aos mosquitos transmissores da febre amarela, gerando críticas e insatisfações por parte da imprensa e da população. Deste modo, essa deficiência poderia ter sido um dos motivos para a chegada da Fundação Rockefeller na Paraíba em 1923, encarregada da execução de tais serviços.

A Fundação Rockefeller, que atuou na Paraíba entre os anos de 1923 a 1931, também foi alvo das críticas da população por seus métodos de combate aos mosquitos transmissores da febre amarela, muitos populares, não só criticavam a instituição, como também burlavam as normas sanitárias por ela estabelecidas. Neste sentido, um inquilino produziu um poema com muita criatividade, mostrando sua crítica em relação à atuação dos *Mata-mosquitos* em Paraíba do Norte. Assim visualizamos:

PROFILAXIA URBANA
Um certo mata- mosquito,
Mostrando um peixe esquisito,
Disse que era o *barrigudo*, (grifo do autor),
Come martello e tudo.
Depois quis deitá-lo ao pote!
Mas eu gritei: Não ao pote!
Por que não é razoável
Que esse peixe seja potável.
INQUILINO.²³

A leitura do poema sugere que os habitantes não confiavam no método utilizado pela instituição, no caso, a prática de colocar peixes nos potes ou outros recipientes de água para que se alimentassem dos martelos ou larvas de mosquitos que estivessem presentes nos

²¹ Com a Prophylaxia Rural. *A Imprensa*, n. 37, p.2, 14 de janeiro de 1925.

²² Com a Prophylaxia. *O Jornal*, ano II, n.113, 9 de abril de 1924.

²³ PROPHYLAXIA URBANA, *O Jornal*, ano I, n.29, p.6, 23 de dezembro de 1923.

depósitos de água. A intenção dos mata-mosquitos era extinguir as larvas dos mosquitos e assim eliminá-los, evitando assim a incidência da febre amarela nos lares. Contudo, a população desconfiava da qualidade desses peixes, pois poderiam estar contaminados, o que impossibilitaria o consumo de tais líquidos. Esta crítica tinha sua razão de ser, no período em que o acesso a água potável era restrito devido a inexistência de um sistema de abastecimento d'água e de seu respectivo tratamento, principalmente para uma grande maioria da população. O medo do desperdício d'água levou muitos a se posicionarem contra a atuação dos mata-mosquitos, afinal, o povo tinha receio de perder o precioso líquido.

Neste mesmo sentido, o operário residente na Rua Centenário do Bairro Cruz das Armas fez uma *Justa Reclamação* por intermédio do meio de comunicação *O Jornal*: “para o respeitável Sr. Dr. Chefe do serviço de profilaxia doméstica, nesta cidade, apelamos quanto a perseguição que está sofrendo um nosso operário... por parte do guarda Alexandre, da turma que ali fez visita domiciliaria.”²⁴ O caso referia ao fato do operário ser muito pobre e não dispor de um grande recipiente para armazenar água, assim, todos os dias o operário precisava abastecer as duas latas de água que eram consumidas ao longo do dia. Diante da difícil situação, a esposa do operário solicitou ao guarda para não lançar os peixes no recipiente, este respondeu com palavras grosseiras e continuou sua prática de jogar peixes no vasilhame. A justa reclamação por parte do operário se dava pelo modo desrespeitoso e autoritário que o guarda Alexandre tratou a sua esposa e, segundo, pelo desperdício de água que tal método utilizado pela instituição desencadeava, principalmente, se levarmos em consideração o fato de que o acesso à água era bastante difícil no período, ainda mais para os pobres que tinham família numerosa, como a do operário em questão.

Como bem discute José Murilo de Carvalho, quando afirma que “os cidadãos inativos pelo critério institucional revelaram-se então não só profundamente atentos a aspectos do exercício do poder que lhes afetavam a vida cotidiana como também dispostos a ir até as últimas consequências para defender o que consideravam seus direitos”(CARVALHO, 1987, p.91). Carvalho está se referindo aos cidadãos do Rio de Janeiro que estavam excluídos da cidadania política pelos mecanismos eleitorais, mas que ousaram protestar contra o que consideravam um abuso das autoridades, no caso, a obrigatoriedade da vacina, gerando um movimento, a “Revolta da Vacina”, que “permanece como exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo” (CARVALHO, 1987, p.139).

²⁴ Justa Reclamação, *O Jornal*, ano II, n.205, p.6, 14 de agosto de 1924.

Baseados nos princípios de que o lar não poderia ser invadido, os habitantes questionavam e protestavam contra a invasão do espaço privado pelos funcionários da FR. A população protestava contra a invasão do espaço privado, assim como fizera os cidadãos inativos do Rio de Janeiro na Revolta da Vacina, como analisou Carvalho, sobre os participantes do movimento: “era antes reclamações contra o que se considerava ação inadequada, arbitrária, por parte dos agentes do governo...Revelavam que havia entre a população certa concepção do que deveria constituir o domínio legítimo da ação do Estado”(CARVALHO, 1987, p.146). Nas palavras do historiador, os cidadãos que atuaram na Revolta da Vacina colocaram suas demandas dentro dos limites estabelecidos, “não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões do governo; defendiam-se valores e direitos considerados acima da esfera de intervenção do Estado, ou protestava-se contra o que era visto como distorção ou abuso” (CARVALHO, 1987, p.146). Desta forma, considera-se que os cidadãos tinham uma consciência cidadã, ou seja, entendiam quais eram seus direitos civis, e se revoltavam quando esses direitos eram desrespeitados, por isso, usavam a imprensa para fazer o seu protesto.

Considerações Finais

A presença da CSPRP sinalizou um processo de institucionalização dos serviços de saúde e higiene no estado, independente da qualidade e da regularidade dos serviços prestados. Essa institucionalização se concretiza mediante os programas de combate e prevenção das endemias rurais, procedimentos de diagnóstico de doenças por meio de exame, tratamento de doenças como a Sífilis, a Tuberculose, o Impaludismo etc, além da presença dos funcionários na sociedade e a estrutura física dos postos rurais. Em resumo, os serviços da Comissão constituíram um exemplo material da presença do estado na sociedade, contribuindo para a expansão da autoridade pública no meio social, como bem sintetiza Santos, “os movimentos de saúde pública tiveram um forte impacto sobre o crescimento dos aparelhos do Estado e sobre o surgimento de uma *ideologia de construção nacional* (grifo do autor)” (SANTOS, 2004, p.284). Além disso, a atuação da Comissão sinalizou um processo de modernização das instituições públicas, e também dos hábitos e costumes da população quantos as normas de higiene e civilização.

Conforme estudamos na República Velha, foram dados os primeiros passos para a institucionalização dos serviços de saúde e de saneamento na Paraíba através do

funcionamento da CSPRP, com seus funcionários, procedimentos de cura, profilaxia, exames e medicações. Contudo, essa institucionalização era limitada devido a diversos fatores: problemas financeiros, interferência da política partidária na instituição, irregularidade dos serviços, número limitado de postos para o espaço geográfico atendido, deficiências dos serviços prestados e repercussões negativas de sua atuação na sociedade.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento.** As bases da política de saúde pública no Brasil. 3a. edição. São Paulo: Hucitec, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo, Alfa - Omega, 1975.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**– Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes da ciência da saúde na Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

SANTOS, Luiz A. Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia da Antonio de construção da nacionalidade. **Dados**, Rio de Janeiro, v.28, p.1903-2010, 1985.